

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA – PE
CONCURSO PUBLICO 2011

15 QUESTÕES DE SAÚDE PÚBLICA

01-No que tange a Constituição Federal Brasileira de 1988 é INCORRETO afirmar:

- A. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- B. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita exclusivamente de forma diretamente ou jurídica de direito privado.
- C. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes de descentralização; atendimento integral e participação da comunidade.
- D. Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
- E. É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

02-De acordo com a Lei 8.080/90; Art. 16. A direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete definir e coordenar os seguintes sistemas, EXCETO:

- A. De saúde do Trabalhador.
- B. De redes integradas de assistência de alta complexidade.
- C. De rede de laboratórios de saúde pública.
- D. De vigilância epidemiológica.
- E. Vigilância sanitária.

03. O Conselho Nacional de Saúde estadual e municipal deve ter representatividade de:

- A. 50% usuários; 25% trabalhadores da saúde; 25% gestores e prestadores de serviço para ambos.
- B. 60% usuários; 25% trabalhadores da saúde; 15% gestores e prestadores de serviço para ambos.
- C. 60% usuários; 15% trabalhadores da saúde; 25% gestores e prestadores de serviço para ambos.
- D. 50% usuários; 25% trabalhadores da saúde; 25% gestores e prestadores de serviço para o estadual e 60% usuários; 15% trabalhadores da saúde; 25% gestores e prestadores de serviço para municipal.
- E. 60% usuários; 25% trabalhadores da saúde; 15% gestores e prestadores de serviço para o estadual e 60% usuários; 15% trabalhadores da saúde; 25% gestores e prestadores de serviço para municipal.

04. São Competências da Secretaria de Gestão do Trabalho e da educação na saúde, EXCETO:

- A. Formação de recursos humanos na área da saúde.
- B. Políticas de formação e desenvolvimento profissional
- C. Atividades relacionadas ao trabalho e à educação na área da saúde e o ordenamento de atividades nas duas esferas (Federal e Estadual).
- D. Articulação com os órgãos sindicais, educacionais e de fiscalização do exercício profissional.
- E. Integração dos setores da saúde e da educação.

05. Foram introduzidos pela NOB-96 (reforma do SUS), EXCETO:

- A. Gestão Estadual: avançada e plena do sistema estadual.
- B. Gestão Municipal: plena da atenção básica e plena do sistema municipal.
- C. Reorganização de procedimentos de baixa e média complexidade.
- D. Incentivo às ações básicas de vigilância.
- E. Incorporou ações de controle de doenças.

06. A proposta de ampliação da Atenção Básica trazida pela NOAS-SUS 01/01 busca definir inequivocamente as responsabilidades e ações estratégicas mínimas que todos os municípios brasileiros devem desenvolver. São elas, EXCETO:

- A. Controle da Tuberculose.
- B. Eliminação da Hanseníase.
- C. Controle da Dengue.
- D. Ações de Saúde Bucal.
- E. Ações de Saúde da Mulher

07. Os principais pontos da NOB/SUS 01/91 são Considerados como “municipalizados” dentro do SUS, os municípios que atendam os requisitos básicos que NÃO inclui:

- A. Criação do Fundo Municipal de Saúde.
- B. Plano Municipal de Saúde aprovado pelos respectivos Conselhos.
- C. Programação e Orçamento da Saúde (PROS) como detalhamento do Plano de Saúde.
- D. Contrapartida de recursos para a saúde do seu orçamento.
- E. Constituição de Comissão de Elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) com o prazo de quatro anos para a sua implantação.

08. Fortalecer a gestão do SUS, compartilhada e pactuada entre os governos municipais, estaduais e federais, por meio das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite como espaços permanentes de negociação e pactuação entre gestores; Entre as principais características observadas na NOB/SUS 01/96 temos, EXCETO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA – PE
CONCURSO PUBLICO 2011

- A. Transfere aos municípios habilitados como Plena da Atenção Básica, os recursos financeiros com base per capita relativos a esta responsabilidade, criando o PAB (Piso Assistencial Básico), repassado fundo a fundo de forma regular e automática, e com base em valor nacional per capita para a população coberta.
- B. Reorganiza a gestão dos procedimentos de média complexidade ambulatorial (Fração Ambulatorial Especializada - FAE).
- C. Reorganiza a gestão dos procedimentos de alta complexidade ambulatorial com a criação da Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade/Custo (APAC).
- D. Incorpora as ações de Vigilância Ambiental, criando o Incentivo para as ações básicas de Vigilância Ambiental.
- E. Incorpora as ações de Epidemiologia e Controle de Doenças.

09. De acordo com a Lei 8.080/90, Do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena é INCORRETO afirmar:

- A. As ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, obedecerão ao disposto nesta Lei.
- B. Caberá à União, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- C. O SUS promoverá a articulação do Subsistema instituído por esta Lei com os órgãos responsáveis pela Política Indígena do País.
- D. Os Estados, Municípios, outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações.
- E. Dever-se-á, se possível, levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.

10. Todos os cidadãos têm direito ao acesso às ações e aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde promovidos pelo Sistema Único de Saúde inclusive abaixo, EXCETO:

- A. O acesso se dará prioritariamente pelos Serviços de Saúde da Atenção Básica próximos ao local de moradia.
- B. Nas situações de urgência/emergência, o atendimento se dará de forma incondicional, em qualquer unidade do sistema.
- C. Em caso de risco de vida ou lesão grave, deverá ser assegurada a remoção do usuário em condições seguras, que não implique maiores danos, para um estabelecimento de saúde com capacidade para recebê-lo.

- D. O encaminhamento à Atenção Especializada e Hospitalar será estabelecido em função da necessidade de saúde e indicação clínica, levando-se em conta critérios de vulnerabilidade e risco com apoio de centrais de regulação ou outros mecanismos que facilitem o acesso a serviços de retaguarda.
- E. Quando houver limitação circunstancial na capacidade de atendimento do serviço de saúde, fica sob responsabilidade do gestor municipal a pronta resolução das condições para o acolhimento e devido encaminhamento do usuário do SUS, devendo ser prestadas informações claras ao usuário sobre os critérios de priorização do acesso na localidade por ora indisponível. A prioridade deve ser baseada em critérios de vulnerabilidade clínica e social, sem qualquer tipo de discriminação ou privilégio.

11. De acordo com a Portaria nº. 399, de 22 de fevereiro de 2006. As ações do Pacto em Defesa do SUS devem contemplar:

- I. Articulação e apoio à mobilização social pela promoção e desenvolvimento da cidadania, tendo a questão da saúde como um direito;
- II. Estabelecimento de diálogo com a sociedade, além dos limites institucionais do SUS;
- III. Ampliação e fortalecimento das relações com os movimentos sociais, em especial os que lutam pelos direitos da saúde e cidadania;
- IV. Elaboração e publicação da Carta dos Direitos dos Usuários do SUS;
- V. Regulamentação da EC nº 29 pelo Congresso Nacional, com aprovação do PL nº 01/03, já aprovado e aprimorado em três comissões da Câmara dos Deputados;
- VI. Aprovação do orçamento do SUS, composto pelos orçamentos das três esferas de gestão, explicitando o compromisso de cada uma delas em ações e serviços de saúde de acordo com a Constituição Federal.

Estão CORRETAS:

- A. I e VI.
- B. II e III.
- C. I, III, IV e V.
- D. III, V, VI.
- E. I, II, III, IV, V, VI.

12. A Regionalização é uma diretriz do Sistema Único de Saúde e um eixo estruturante do Pacto de Gestão e deve orientar a descentralização das ações e serviços de saúde e os processos de negociação e pactuação entre os gestores. As regiões compostas por mais de um município, dentro de um mesmo estado é denominada:

- A. Regiões Intramunicipais.
- B. Regiões Intermunicipais.
- C. Regiões Intraestaduais.
- D. Regiões Interestaduais.
- E. Regiões Fronteiriças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA – PE
CONCURSO PUBLICO 2011

13. O componente federal do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) é o Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS), responsável por avaliar as ações gerenciais e procedimentos relacionados a, EXCETO:

- A. Assistência ambulatorial e hospitalar.
- B. Programas estratégicos/projetos/atividades ou segmentos.
- C. Emitir parecer sobre a promoção e a assistência à saúde.
- D. Constatar a regularidade das contas, da execução de contratos, acordos, convênios e a probidade na aplicação dos dinheiros públicos.
- E. Ampliar as responsabilidades das três esferas de governo quanto aos resultados da saúde.

14. Mecanismo de regulação da operadora que consiste em avaliação da solicitação antes da realização de determinados procedimentos de saúde. Nota: é fornecida formalmente pela operadora mediante solicitação do profissional assistente. Esta é a definição de:

- A. Aviso de beneficiário identificado.
- B. Autorização prévia de procedimento de saúde.
- C. Autorização de funcionamento de operadora.
- D. Autogestão por RH.
- E. Cadastro de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde.

15. Os principais objetivos do processo de Programação Pactuada e Integrada - PPI, segundo a portaria GM/MS nº 1.020/02 são, EXCETO:

- A. Buscar a equidade de acesso da população brasileira às ações e serviços de saúde em todos os níveis de complexidade.
- B. Orientar a alocação de recursos financeiros federais de custeio da assistência à saúde pela lógica de atendimento às necessidades de saúde da população.
- C. Explicitar os recursos federais, estaduais e municipais, que compõem o montante de recursos do SUS destinados às ações e serviços de saúde.
- D. Consubstanciar as diretrizes de regionalização da assistência à saúde, mediante a adequação dos critérios de distribuição dos recursos, dando concretude à conformação de redes assistenciais regionalizadas e hierarquizadas.
- E. Definir os limites financeiros globais para assistência de todos os municípios, compostos por parcela destinada ao atendimento à população do próprio município, em seu território e pela parcela correspondente à programação das referências de outros municípios, de acordo com o previsto na NOAS/SUS 01/01.

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16-De acordo com a Lei Nº 8.662/93 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. No Art. 16. Afirma-se que os CRESS aplicarão as seguintes penalidades aos infratores, de acordo com cada caso, dos dispositivos desta Lei:

- A. Multa no valor de uma a três vezes a anuidade vigente; suspensão de um a cinco anos de exercício da profissão ao Assistente Social; cancelamento definitivo do registro e no caso de reincidência na mesma infração no prazo de um ano, a multa cabível será elevada ao dobro.
- B. Multa no valor de um a cinco vezes do salário mínimo; suspensão de seis meses a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social; cancelamento definitivo do registro e no caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.
- C. Multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente; suspensão de um a três anos de exercício da profissão ao Assistente Social; cancelamento definitivo do registro e no caso de reincidência na mesma infração no prazo de um ano, a multa cabível será elevada ao dobro.
- D. Multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente; suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social; cancelamento definitivo do registro e no caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.
- E. Multa no valor de uma a seis vezes a anuidade vigente; suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social; cancelamento definitivo do registro e no caso de reincidência na mesma infração no prazo de três anos, a multa cabível será elevada ao dobro.

17-A Lei No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Art. 5º-A (Incluído pela Lei 12317, de 2010). A duração do trabalho do Assistente Social é de:

- A. 30 horas semanais.
- B. 36 horas semanais.
- C. 40 horas semanais.
- D. 44 horas semanais.
- E. 46 horas semanais.

18-De acordo com a Lei Nº 10.098/00, Capítulo II, dos elementos da urbanização. Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, _____ de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível. (Incluído pela Lei nº 11.982, de 2009)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA – PE
CONCURSO PUBLICO 2011

A alternativa que preenche corretamente é:

- A. 5% (cinco por cento).
- B. 7% (sete por cento).
- C. 8% (oito por cento).
- D. 10% (dez por cento).
- E. 15% (quinze por cento).

19-Referente a avaliação Ex-ante é INCORRETO afirmar:

- A. Expressa uma concepção holística, interativa e iterativa.
- B. A avaliação se inicia desde o momento em que se define o problema ou necessidade que justifica a política, programa ou projeto.
- C. Integra as discussões em torno da formulação das alternativas, envolve a tomada de decisão, e acompanha o processo de gestão, informando-o sobre os seus avanços, riscos e limitações, desvios a corrigir, vantagens a maximizar etc.
- D. A avaliação ex-ante não diz respeito ao momento em que se pensa ou se planeja a avaliação. O foco, nesse caso, recai sobre o que é calculado: o custo efetivo de cada alternativa, tendo como referência os valores efetivamente dispendidos.
- E. Numa outra aceção, mais restrita, a avaliação ex-ante consiste na análise de eficiência e na análise de impacto. A primeira corresponde, especificamente, ao cálculo de custos de cada alternativa. A segunda consiste na estimativa do impacto de cada alternativa, derivado dos objetivos propostos.

20-A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma, EXCETO:

- A. Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.
- B. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada País.
- C. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.
- D. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
- E. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

21-É papel dos Conselhos de Assistência Social no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, EXCETO:

- A. Mapear locais para a execução da Jornada Ampliada do PETI no município.
- B. Atestar a execução física das despesas do PETI.

- C. Emitir parecer sobre a prestação de contas dos recursos recebidos pelo ente estatal para o Programa.
- D. Incluir as famílias a serem beneficiadas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.
- E. Propor ao Conselho Nacional de Assistência Social o cancelamento de registro das entidades e organizações da assistência social que descumprirem os princípios do art. 4º da LOAS.

22-Considerando até os casos excepcionais, o Estatuto da criança e do adolescente é aplicável a pessoas de até:

- A. 18 anos.
- B. 19 anos.
- C. 20 anos.
- D. 21 anos.
- E. 25 anos.

23-Sobre a inscrição no Conselho Regional é INCORRETO afirmar:

- A. A inscrição no Conselho Regional é obrigatória para exercer a profissão de Assistente Social, independentemente do enquadramento funcional na instituição.
- B. Com a inscrição o profissional fica sujeito ao pagamento de anuidade e ao cumprimento da legislação profissional em vigor.
- C. O profissional que não exerce a profissão poderá solicitar o cancelamento de seu registro, devendo providenciar sua reinscrição, caso volte a exercê-la.
- D. Ao completar 55 anos o profissional fica isento, automaticamente, do tributo da anuidade a partir do exercício de seu aniversário.
- E. Pedidos de transferências poderão ser feitos nos CRESS de origem e no de destino.

24-Do Estatuto da Criança e do Adolescente. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. Salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária, a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de:

- A. 6 meses.
- B. 1 ano.
- C. 2 anos.
- D. 2 anos e 6 meses.
- E. 5 anos.

25-As estratégias são compreendidas como um conjunto de diretrizes fundamentais para viabilizar a realização deste Paradigma. Define-se como estratégias do Serviço Social na Previdência, EXCETO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA – PE
CONCURSO PUBLICO 2011

- A. Capacitar permanentemente o profissional de Serviço Social, através da reciclagem de sua formação, possibilitando a ampliação de uma visão crítica da prática profissional e instrumentalizando para as ações profissionais alicerçadas nessa nova linha teórico-metodológica.
- B. Contribuir para a formação de uma consciência coletiva de proteção ao trabalho no âmbito da Previdência Pública em articulação com os movimentos organizados da sociedade.
- C. Buscar a participação mais ampla no meio profissional - cursos promovidos pelas universidades, órgãos da categoria e fóruns técnicos específicos.
- D. Conhecer as condições objetivas e cotidianas da população usuária, a partir de sua inserção na relação de produção, identificando suas demandas com vistas a implantação das ações do Serviço Social.
- E. Conhecer as demandas e reivindicações previdenciárias dos movimentos populares organizados através da aproximação com os mesmos, bem como os diversos projetos previdenciários postos em discussão na sociedade.

26-Sobre Marco Lógico (BID) é INCORRETO afirmar:

- A. Também chamado de quadro lógico (GTZ) ou matriz lógica (BIRD). Trata-se de uma estratégia que permite definir os fatores e os vários estágios de uma política ou programa.
- B. É uma metodologia que serve tanto para o planejamento quanto para o monitoramento e a avaliação, sendo, talvez, a única metodologia que permite pensar como avaliar fazendo uma ligação desde o estágio inicial até o controle.
- C. O marco lógico tem como seu principal produto a matriz do marco lógico (MML) ou matriz de planejamento do projeto (MPP), ou ainda Project Design Matrix (PDM).
- D. Project Design Matrix é uma matriz 4 X 4, começando do nível mais abrangente (geralmente atividades ou insumos) no canto inferior esquerdo e descendo numa hierarquia logicamente organizada, do mais complexo e global para o mais simples e parcial.
- E. Analiticamente, o marco lógico consiste em uma estrutura de implicações lógicas de causa-efeito com relação a uma situação-problema, e de meios-fins em relação à intervenção proposta para mudar a situação-problema.

27-No III CBAS, em 1979, na cidade de São Paulo, quando, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, trocando-a por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como:

- A. Congresso do trabalho.
- B. Congresso da Virada.
- C. Congresso Parlamentar.
- D. Congresso de vanguarda.
- E. Congresso nominal.

28-Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos, EXCETO:

- A. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- B. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- C. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- D. Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.
- E. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

29-Sobre Sistema Único de Assistência Social (Suas) é INCORRETO afirmar:

- A. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.
- B. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada.
- C. O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Primária, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. A segunda é a Proteção Social Secundária, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.
- D. O Suas engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade.
- E. A gestão das ações e a aplicação de recursos do Suas são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA – PE
CONCURSO PUBLICO 2011

30-Sobre o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC-LOAS ao idoso e à pessoa com deficiência é INCORRETO afirmar:

- A. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC-LOAS, é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja a operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei, que permite o acesso de idosos e pessoas com deficiência às condições mínimas de uma vida digna.
- B. Tem direito ao BPC-LOAS pessoas idosas com 65 anos ou mais e deficientes físicos respeitados os critérios estabelecidos na lei.
- C. O benefício assistencial pode ser pago a mais de um membro da família desde que comprovadas todas as condições exigidas. Nesse caso, o valor do benefício concedido anteriormente não será incluído no cálculo da renda familiar.
- D. O benefício deixará de ser pago quando houver superação das condições que deram origem a concessão do benefício ou pelo falecimento do beneficiário.
- E. O benefício assistencial é intransferível e, portanto, não gera pensão aos dependentes.

31-Em 1947 foi criada a Legião Brasileira de Assistência - FLBA com o objetivo de atender as famílias dos pracinhas combatentes da 2ª Guerra Mundial. Inicialmente caracterizou-se por um atendimento materno-infantil.

A gestão pública da LBA foi centralizada com representação nos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal. A linha programática se constituía de, EXCETO:

- A. Assistência social.
- B. Assistência judiciária.
- C. Programa Estadual de voluntariado.
- D. Atendimento médico-social e materno-infantil.
- E. Distribuição de alimentos para gestantes, crianças e nutrízes.

32-O Bolsa Família; A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre:

- A. R\$ 24 a R\$ 229
- B. R\$ 24 a R\$ 242
- C. R\$ 32 a R\$ 229
- D. R\$ 32 a R\$ 242
- E. R\$ 32 a R\$ 306

33-Segundo o Decreto Nº6.949/09 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para, EXCETO:

- A. Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público;
- B. Assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência;
- C. Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;
- D. Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistidas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações;
- E. Oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público;

34-Sobre cidadania regulada é INCORRETO afirmar:

- A. É um tipo de cidadania que se construiu no Brasil a partir de 1950 que estipulava regras e pré-requisitos para a aquisição dos direitos de cidadão.
- B. Esse tipo de inclusão social levou em consideração o modelo de sociedade existente na época, que por sua vez guardava vínculos muito próximos com o Brasil Colônia, impedindo assim que as riquezas fossem plenamente exploradas.
- C. O Estado adotou medidas para viabilização da cidadania por meio de um conjunto de normas e valores políticos, organizando assim um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal.
- D. A cidadania passou a ser referenciada tendo como base três elementos: a regulamentação da profissão; a associação compulsória a um sindicato e a carteira profissional de trabalho.
- E. Os que não possuíam profissão regulamentada não eram considerados cidadãos e recebiam amparo da assistência social, que era feita através das Igrejas e da filantropia.

35-Segundo o Estatuto do Idoso, Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra idoso serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de saúde a quaisquer dos seguintes órgãos, EXCETO:

- A. Ministério Público.
- B. Secretaria de Saúde.
- C. Conselho Municipal do Idoso.
- D. Conselho Estadual do Idoso.
- E. Conselho Nacional do Idoso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA – PE
CONCURSO PUBLICO 2011

36-A Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), por meio dos CRST, tem implantado uma nova lógica de trabalho nos vários municípios brasileiros baseada na construção de ações intersetoriais entre os serviços de saúde, como a rede básica e as vigilâncias epidemiológica, ambiental e sanitária, e prevê ações coordenadas com os órgãos de atuação nos ambientes de trabalho que inclui, EXCETO:

- A. Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT).
- B. Delegacia Estadual do Trabalho (DET).
- C. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).
- D. Ministério Público (MP).
- E. Instituto Nacional de Previdência Social (INSS).

37-De acordo com a Constituição Federal de 1988; Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, EXCETO:

- A. Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- B. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- C. Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- D. Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- E. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

38-Segundo a Lei 8.212/91 que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. As atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes, EXCETO:

- A. Acesso universal e igualitário.
- B. Provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único.
- C. Descentralização, com direção ampla em cada esfera de governo.
- D. Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas.
- E. Participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde. Participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais.

39-São ações de combate à pobreza do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), EXCETO:

- A. Programa Comunidade Solidária.
- B. Comunidade Passiva.
- C. Projeto Alvorada.
- D. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
- E. Benefício de Prestação Continuada (BPC).

40-A descentralização no texto constitucional deve contribuir para, EXCETO:

- A. Mais justiça e equidade.
- B. Unificação da prestação de serviços públicos.
- C. Democratização das informações.
- D. Viabilização da participação dos cidadãos nas decisões e ações governamentais.
- E. Fortalecimento do controle social.